

Um hábito que remonta à Roma antiga

Rubem Azevedo Lima

Irritado porque a onda habitual de boatos está aparecendo cada vez mais cedo, na semana, em vez de surgir apenas às sextas-feiras, o presidente Fernando Collor pediu que a Polícia Federal enquadrasse os boateiros, com rigor, para exemplá-los, na tentativa de coibir a boataria no País.

Inventar boatos, acreditar neles ou difundi-los já foi crime punido severamente, em Portugal. Os boateiros, conforme legislação do rei português D. Manuel, eram todos deportados. E vinham diretamente para o Brasil, onde, à época, se cumpriam as penas mais graves, excetuadas as condenações à morte.

Desde que se passou a punir esse tipo de delito, e até que a prática do boato se tornasse tão comum que as autoridades portuguesas desistissem de puni-la, milhares de boateiros vieram degredados para o Brasil.

Mas, não foi Portugal que inventou o crime do boato. Na Roma imperial, dominada por ditadores que reprimiam qualquer oposição, os boatos também eram punidos. Ali, chegou-se, inclusive, à perfeição de se castigar até o silêncio das pessoas, quando isso, de algum modo, parecia implicar a aceitação do que lhe era contado.

Apesar da repressão, porém, quando não se sentiam seguros para falar, os boateiros plantavam o boato nas muralhas capital do império.

Em "Tibério" (56), o historiador romano Sêneca narra que um boateiro audacioso desafiou a repressão e escreveu nos muros do fórum: "Tibério, não, bebe mais vinho, bebe o sangue dos romanos".

Quando alguém era punido por espalhar boato, os romanos evitavam comentar a punição. Até que se criou, para evitar tal omissão, o crime do silêncio sedicioso de quem não repelisse a boataria. E ainda mais: passou a merecer o mesmo castigo a ausência de senadores às sessões do Senado, quando ali se devesse realizar alguma homenagem ao imperador.

Vez por outra, fazia-se o teste do silêncio. Calígula (Sêneca, *De irae*, II, 33) mandou matar o filho de um rico romano, por vestir-se com exagerada elegância, segundo os boatos. No mesmo dia, convidou o pai do assassinado para jantar em sua companhia. O convidado até bebeu à saúde do príncipe, sem reclamar. "Sabem por quê?" — indagou Sêneca. "Ele tinha outro filho".

Ouvidos moucos

Durante a ditadura militar, o ex-deputado Etelvino Lins procurou o então ministro do Gabinete Civil, Rondon Pacheco, para contar-lhe o que as pessoas falavam do governo, pelas esquinas. "Dr. Etelvino — disse Rondon — não quero nem ouvir o que o senhor me diz". E tapou os ouvidos com as mãos.

Após o levante paulista de 1932, contra o governo provisório

de Vargas, o então deputado Acúrcio Torres, na Assembléia Constituinte de 1933, dirigiu ao ministro da Justiça da época, Antunes Maciel, requerimento de informações sobre a censura à imprensa. A resposta do ministro está no Diário da Assembléia, de 23 de dezembro de 33: "O governo censura as críticas acrimoniosas que lhe são feitas; as agressões e referências pejorativas a seus membros; as notícias que podem prejudicar a ordem pública e estimular subversões; as agressões pessoais contra quem quer que seja; as críticas a governos estrangeiros e seus representantes; quaisquer informações que possam produzir alarma ou apreensões, mesmo no terreno financeiro e econômico; e meros boatos de tendenciosidade manifestas".

Para reprimir a propagação de boatos, o Estado Novo inventou a "pena de suspensão de favores e isenções concedidos pelo governo" aos veículos de comunicação.

Explicação do boato

Para a intuição política do líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (BA), os boatos só prosperam nos períodos de crise.

Essa, aliás, é a opinião do sociólogo I. Rosier (verbete "Boato", no Dicionário de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas): "As condições mais favoráveis para que o boato se propague são a angústia e a tensão coletivas".

"A Imprensa — prossegue — também se serve dos boatos, satisfazendo as ansiedades do público, que espera a confirmação dos fatos,

objeto, de comentários generalizados, embora muitas vezes não disponha de canais objetivos de informação".

Segundo Rosier, como os boatos se divulgam em nível emocional, sua comunicação se efetua rapidamente. "Muitas vezes se acredita no boato não por sua veracidade, mas porque ele corresponde a uma necessidade de quem o comunica, de quem o escuta".

Reconhece o sociólogo, no entanto, que o boato contribui para aumentar a atmosfera de tensão em de crise. Nos momentos de emergência e de crise — conclui —, o boato invade tudo e substitui o próprio conhecimento seguro".

É clássica a história do boateiro incorrigível, durante o regime militar. Levado a um quartel, onde simulariam seu fuzilamento, ele foi posto diante de um pelotão. Na hora "h", depois de o assustarem, mandaram-no embora. O boateiro espalhou, então, que o Exército estava sem munição.

Não menos antológica, porque verdadeira, é a história do ex-deputado Getúlio Dias, passada também no regime militar. Ao chegar à porta principal da Câmara, onde um grupo de pessoas conversavam, ele contou um boato bastante cabeludo. E, para um de seus acompanhantes, fez o desafio: "Quer apostar? Quando eu chegar ao plenário, o boato já estará lá". O outro apostou. E perdeu.

Os boateiros, afinal, foram um dos maiores contingentes de colonizadores do Brasil.